

7. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA – PARTE D – OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – “OCUPAÇÃO DOS STANDS INSTALADOS NO LARGO DE MONTE D’ARCOS”:

Da **DSJC**, submetendo para aprovação o início do procedimento da Alteração ao CRMB – Parte D – “Ocupação dos Stands de venda de flores instalados no Largo de Monte D’Arcos”.



GAaA

18

Processo nº: 2019/100.10.400/18

<p>Despacho da Chefe da DSJC - Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso</p> <p>Concordo, remeto-se ao Sr. Presidente com vista a submeter a reunião do Executivo Municipal.</p> <p>27/11/19 [Assinatura]</p>	<p>Despacho do Sr. Diretor da DMGAP – Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva</p> <p>11</p>
--	---

<p>Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 13 de novembro de 2019</p> <p>11</p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p>A ... do Excmo.</p> <p>19/11/21</p>
---	--

Assunto: ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR POR ADITAMENTO – PARTE D – OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO - «OCUPAÇÃO DOS STANDS INSTALADOS NO LARGO DE MONTE D'ARCOS»

Informação de 27/11/2019

Gestora do Procedimento: Elisa Cunha Coelho

ANÁLISE

Pela DMGAP-DPCG-DACPGP, foi proposta a revisão do CRMB para aditamento de matéria referente à regularização da situação dos “stands de vendas de flores” no Largo de Monte D’Arcos. (Documento nº 1).



68

A fundamentação encontra-se devidamente vertida na informação nº 35529/2019, em anexo, e mereceu já a concordância do Sr. Presidente.

Assim sendo:

PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Interna Externa

PT-01-01-03 de 19/06/2018 – revisto em 03/07/2018

Verificação do cumprimento e passos a seguir

«1. A **UO** elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (**INCLUI**: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».

Esta nova regulamentação tem por base o processo que se iniciou com proposta da DMGAP-DPCG-DACPGP.

O processo foi então remetido a esta **Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso (DSJC)**.

«5. A **DSJC** cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental. »

Criado o processo nº 2019/100.10.400/18.

«6. A **DSJC** elabora proposta de início de procedimento (MOD-01.01.13 - Aviso de Abertura do Período de Participação Procedimental). »

Em anexo (Documento nº 2).



E, «7. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».

INFORMAÇÃO/PROPOSTA

Da proposta que foi remetida a esta DSJC está fundamentada a necessidade de regular, por aditamento, no documento que se anexou com o nº 1, e que aqui se dá por integralmente reproduzido.

O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP.

A análise do texto do regulamento proposto, será objeto de análise por esta DSJC, **após** aprovação do início do procedimento.

PROPOSTA

O processo estará em condições de:

1. ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal.

Assim,

Deverá o processo ser remetido ao **Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos), para:

SOB PROPOSTA DA DMGAP-DPCG-DACPGP – solicitar aprovação do **início do presente procedimento de revisão regulamentar** - «Ocupação dos stands instalados



no Largo de Monte D'Arcos)», que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

À consideração superior,

A jurista, gestora do procedimento,


Elisa Cunha Coelho

ANEXOS:

1. Proposta
2. Aviso de início do procedimento

PROCESSO/DOC.: 35529/2019**ASSUNTO:** Ocupação dos stands de venda de flores instalados no domínio público municipal – Largo de Monte d’Arcos, em Braga – doc. 29970/2018.**Parecer elaborado por:** Mafalda Vilaça, técnica superior jurista

PARECER/INFORMAÇÃO

Com vista a regularizar, de modo definitivo, a ocupação do domínio público com os denominados “stands de venda de flores” no Largo de Monte d’ Arcos, desta cidade, estes serviços sugeriram, oportunamente (cfr. doc. 29970/2018), que tal situação fosse disciplinada no Código Regulamentar, ali apontando os caminhos a seguir, informação que recebeu o despacho de “Concordo” do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Assim, e em cumprimento do despacho do Sr. Presidente, procede-se, de seguida:

- a) à regulação *ex novo* da matéria relativa à ocupação dos stands instalados no domínio público municipal, que deverá constar, em termos sistemáticos, do capítulo relativo à ocupação do espaço público, a seguir aos quiosques;
- b) à renumeração dos artigos constantes dos Capítulos III (Ocupação do Espaço Público para execução de operações urbanísticas) e IV (Regime de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial) da Parte D do Código Regulamentar, na sequência da introdução da disciplina relativa à ocupação dos stands instalados no Largo de Monte d’Arcos;
- c) à alteração da tabela de Taxas, introduzindo uma nova taxa, relativa à ocupação aqui tratada.



1. Regulação ex novo da matéria relativa à ocupação dos stands instalados no domínio público municipal.

a) Fundamentação:

Conforme consta da informação oportunamente prestada por estes serviços (cfr. doc. 29970/2018), “(...) na sequência das obras realizadas pelo Município no Largo de Monte d’Arcos, com vista a dotar os espaços de venda de flores ali existentes das necessárias condições de segurança, higiene e dignidade, foram outorgados em janeiro de 2009, ente este Município e as vendedoras de flores os contratos-promessa de arrendamento juntos aos respetivos processos. Tais contratos promessa foram elaborados no pressuposto de que tal parcela de terreno (onde se encontram edificados os stands de venda de flores) seria desafetada do domínio público – refira-se a este propósito que, como é consabido, o domínio público é inalienável, não suscetível de apropriação, pelo que não pode ser objeto de negócios jurídicos de direito privado entre a Administração e os particulares, garantindo a sua afetação à realização do bem comum. Volvido todo este tempo (cerca de 10 anos) verifica-se que o pedido relativo à desafetação do domínio público da parcela de terreno em questão não foi submetido à apreciação do Executivo Municipal e Assembleia Municipal, mantendo-se a situação inalterada, como todos os inconvenientes resultantes da própria natureza da relação em causa (...)”, nomeadamente o facto de a Administração não poder dispor dos meios com vista a exigir judicialmente o valor em dívida, uma vez que se trata de um contrato promessa cujo objeto é nulo, nos termos do estatuído no artigo 202^º e 280^º do Código Civil, tornando-se assim premente disciplinar a presente matéria.

¹ Artigo 202.º (Noção)


1. Diz-se coisa tudo aquilo que pode ser objeto de relações jurídicas.

2. Consideram-se, porém, fora do comércio todas as coisas que não podem ser objeto de direitos privados, tais como as que se encontram no domínio público e as que são, por sua natureza, insuscetíveis de apropriação individual.

² Artigo 280.º (Requisitos do objeto negocial)

1. É nulo o negócio jurídico cujo objeto seja física ou legalmente impossível, contrário à lei ou indeterminável.

2. É nulo o negócio contrário à ordem pública, ou ofensivo dos bons costumes.



As vantagens relativas à regulação da ocupação aqui objeto de apreciação por via regulamentar são de ordem imaterial, uma vez que, por um lado, não se aumentam as receitas do Município, e não comportam despesas acrescidas para o Município, por outro, pois não se criam novos procedimentos que envolvam custos acrescidos na tramitação e na adaptação aos mesmos.

Uniformiza-se ainda a disciplina aplicável à utilização privativa do domínio público municipal, passando assim a constar do Código Regulamentar do Município de Braga a regulação respeitante a esta matéria.

A regulação e alteração agora propostas assentam no disposto nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa bem como nas alíneas k) e qq) do nº 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual.

b) Introdução no Código Regulamentar das normas relativas a esta matéria.

Conforme já atrás referido, segue a redação das normas que deverão constar do Código Regulamentar, disciplinando a ocupação do domínio público municipal com os denominados “stands de venda de flores” no Largo de Monte d’Arcos, desta cidade. A parte D do Código Regulamentar está assim organizado:

Parte D – Gestão do Espaço Público

Título I – Trânsito, Circulação e Estacionamento

Título II – Ocupação do Espaço Público e Publicidade

Capítulo I – Disposições Gerais

Capítulo II – Ocupação do Espaço Público com mobiliário urbano

Secção I – Disposições Gerais

Secção II – Regime simplificado de ocupação do espaço público

Secção III – Regime geral de licenciamento

Secção IV – Deveres do Titular

Secção V – Concessão e exploração de quiosques municipais

Capítulo III – Ocupação do Espaço Público para execução de operações urbanísticas

Capítulo IV – Regime de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial,



Pelo que entendemos que, em termos sistemáticos, a disciplina relativa à ocupação dos denominados stands de venda de flores deverá constar duma nova secção a introduzir no Capítulo II da Parte D, nos seguintes termos:

“Secção VI – Ocupação dos stands instalados no Largo de Monte d’Arcos.

Artigo D-2/47.º

Âmbito

A presente secção define as regras de ocupação dos stands instalados no Largo de Monte d’Arcos.

Artigo D-2/48.º

Destino

Nos stands em questão podem ser comercializadas flores e outros produtos ou artigos destinados ao culto religioso ou veneração da memória dos mortos.

Artigo D-2/49.º

Ocupação

1. A ocupação dos stands é titulada por licença, a título precário, pelo prazo de 1 ano.
2. A licença é automaticamente renovável por períodos sucessivos de um ano e pode ser denunciada por aviso prévio contado do termo do prazo ou das renovações, pelo concessionário ou pela Câmara Municipal com aviso prévio de 60 dias antes de expirado o prazo, ou das sucessivas renovações.
3. A atribuição do direito de ocupação dos stands efetua-se por hasta pública, sendo aplicável o estabelecido na subsecção I da secção V do presente capítulo, nomeadamente o disposto nos artigos D-2/29.º a D-2/34.º com as necessárias adaptações, salvo o disposto no número seguinte.
4. Os operadores económicos que até à data de entrada em vigor das normas constantes da presente secção se encontrem a ocupar ininterruptamente os stands e desde que se mostrem cumpridas as obrigações legais daí decorrentes perante o Município mantêm a titularidade do direito de ocupação.



5. Todas as licenças emitidas ao abrigo da presente Secção são tituladas por alvará, cuja emissão é condição de eficácia das mesmas.

Artigo D-2/50.º

Taxas

Pela ocupação dos stands é devida a taxa constante da Tabela de Taxas e Licenças Municipais, devendo o pagamento ser efetuado mensalmente até ao dia 8 do mês correspondente a que respeita a ocupação, através dos meios de pagamento previstos para o efeito.

Artigo D-2/51.º

Obrigações do titular da licença

São obrigações do titular da licença:

- a) proceder ao pagamento mensal das taxas devidas pela ocupação do stand;
- b) manter o stand e os demais equipamentos de apoio em perfeito estado de conservação, asseio e segurança, bem como manter a higiene do espaço circundante;
- c) suportar as despesas referentes à instalação de eletricidade e outras despesas inerentes à ocupação;
- d) ser detentor dos seguros legalmente exigidos;
- e) cumprir o horário fixado;
- f) proceder à entrega do stand, no final do prazo fixado na licença, livre de pessoas e bens, no mesmo estado em que lhe foi entregue, ressalvado o desgaste proveniente da sua normal e prudente utilização e do decurso do tempo.

Artigo D-2/52.º

Proibições

É interdito ao titular da licença, sob pena de caducidade da licença:

- a) utilizar o stand para fins distintos do referido no artigo D-2/48.º;
- b) colocar no exterior do stand quaisquer objetos, sinalética ou equipamentos, sem autorização do Município;
- c) manter o stand encerrado por um período superior a 30 dias, seguidos, sem prévia autorização do Município.



Artigo D-2/53.º

Transmissão

1. O direito de ocupação é pessoal e intransmissível, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Por morte do titular da licença, o direito de ocupação pode ser transmitido ao cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens ou aos descendentes, se aquele ou estes, assim o requererem, nos 90 dias seguintes ao falecimento, sendo ainda aplicável o disposto nos nº 3 e 4 do artigo D-2/40.º.

Artigo D-2/54.º

Caducidade e revogação da licença

1. A licença caduca:
 - a) Pelo decurso do prazo fixado;
 - b) Por morte do titular da licença, sem prejuízo do estabelecido no artigo anterior;
 - c) Não pagamento das taxas devidas pela ocupação por três meses seguidos ou quatro interpolados;
 - d) Por falência ou insolvência do titular.
2. A licença pode ser revogada:
 - a) Pelo não cumprimento de alguma das obrigações constantes do artigo D-2/51.º ou pela prática de algum dos factos previstos no artigo D-2/52.º;
 - b) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, caso não seja possível assegurar a existência de local alternativo para instalação do stand.
3. A revogação prevista no número anterior é precedida de audiência prévia, com a antecedência mínima de dez dias, e não confere direito a indemnização.
4. Verificados os factos extintivos do direito de ocupação aqui previstos, deverá o titular da licença entregar o stand nas condições em que se encontrava à data de início da ocupação, ressalvado o desgaste proveniente da sua normal e prudente utilização e do decurso do tempo.



5. Em caso de incumprimento do disposto no número anterior, o Município procederá à realização das obras necessárias, sendo da responsabilidade do titular da licença o pagamento de tais obras.

Artigo D-2/55.º

Fiscalização

A Câmara Municipal de Braga ou o seu Presidente, caso tenha havido delegação de competências, reserva-se o direito de proceder a vistorias e inspeções dos stands, sem aviso prévio, a fim de verificar o cumprimento de normas e princípios legalmente estabelecidos.

Artigo D-2/56.º

Benfeitorias

As benfeitorias úteis ou voluptuárias realizadas sobre os stands consideram-se parte integrante destes, não sendo devida, pelo Município, aos titulares do direito de ocupação, qualquer compensação ou indemnização pelas mesmas.”

2. Renumeração dos artigos constantes do Capítulo III, referente à “Ocupação do Espaço Público para execução de operações urbanísticas” e Capítulo IV, relativo ao “Regime de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial”, na sequência da introdução da disciplina relativa à ocupação dos stands instalados no Largo de Monte d’Arcos, passando a ter a seguinte numeração:

Numeração atual	Nova numeração
Artigo D-2/47.º	Artigo D-2/57.º
Artigo D-2/48.º	Artigo D-2/58.º
Artigo D-2/49.º	Artigo D-2/59.º
Artigo D-2/50.º	Artigo D-2/60.º
Artigo D-2/51.º	Artigo D-2/61.º
Artigo D-2/52.º	Artigo D-2/62.º
Artigo D-2/53.º	Artigo D-2/63.º



Artigo D-2/54.º	Artigo D-2/64.º
Artigo D-2/55.º	Artigo D-2/65.º
Artigo D-2/56.º	Artigo D-2/66.º
Artigo D-2/57.º	Artigo D-2/67.º
Artigo D-2/58.º	Artigo D-2/68.º
Artigo D-2/59.º	Artigo D-2/69.º
Artigo D-2/60.º	Artigo D-2/70.º
Artigo D-2/61.º	Artigo D-2/71.º
Artigo D-2/62.º	Artigo D-2/72.º
Artigo D-2/63.º	Artigo D-2/73.º
Artigo D-2/64.º	Artigo D-2/74.º
Artigo D-2/65.º	Artigo D-2/75.º
Artigo D-2/66.º	Artigo D-2/76.º
Artigo D-2/67.º	Artigo D-2/77.º
Artigo D-2/68.º	Artigo D-2/78.º
Artigo D-2/69.º	Artigo D-2/79.º
Artigo D-2/70.º	Artigo D-2/80.º

3. Alteração da Tabela de Taxas, introduzindo uma nova taxa, relativa à ocupação aqui tratada.

Atualmente, os ocupantes pagam o valor de € 166,70 como contrapartida da ocupação dos stands, devendo ser esse o valor fixado para a taxa devida pela ocupação dos stands instalados no monte d'Arcos, passando assim o artigo 50.º da Tabela de Taxas a conter uma nova alínea:

“Artigo 50.º

Ocupação de espaço público

1. Regime-Regra de ocupação do espaço público
(...)
2. Ocupação do espaço público com mobiliário urbano
(...)


3. Outros regimes especiais de ocupação do espaço público:

(...)

3.7 – Stands instalados no Largo de Monte d'Arcos."

Tratando-se de uma alteração à disciplina vertida no Código Regulamentar em vigor, deverá observar-se, para o efeito, o disposto no procedimento de trabalho PT-01-01-03.

A Jurista,


(18.11.2019)

À DSJC,
para os devidos efeitos.

19.11.22



Concordo. Trata-se de uma matéria que
urge normalizar, no âmbito a fundamentos
explanados na presente informação.

À ordem do Sr. DMGAP, Dr. Miguel Guimarães.

2019/11/20



Concordo. Com o Sr. Presidente
concordo, remeter à DSJC para
dar início ao procedimento.

O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospeção
Miguel Antunes Guimarães

2019/11/20

AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL RELATIVO AO INÍCIO
DE PROCEDIMENTO DE alteração, por aditamento, ao
CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

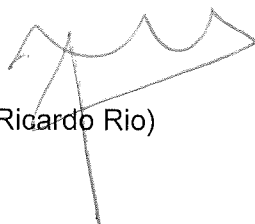
Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia ____/____/2019, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de **Revisão Regulamentar/Aditamento - CRMB**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante – alínea v) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. A referida revisão pretende aditar normas específicas sobre a «**Ocupação dos stands instalados no Largo de Monte D'Arcos**» – **Aditamento à Parte D do Código Regulamentar do Município de Braga – Ocupação do Espaço Público**.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação da **Revisão por aditamento Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, ____/____/2019.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Ricardo Rio)